

**HABEAS CORPUS Nº 548.745 - SP (2019/0357638-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : RUDIMAR MENDES DE CARVALHO JUNIOR  
**ADVOGADO** : RUDIMAR MENDES DE CARVALHO JUNIOR - SP283136  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR MARCELINO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JULIO CESAR MARCELINO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, por ofensa ao art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

O impetrante argumenta, em suma, que o paciente não foi pessoalmente intimado da sentença, razão pela qual perdeu o prazo para recorrer, acrescendo que o seu patrono, à época da publicação da intimação para apresentação do recurso de apelação, teve sua OAB suspensa, por isso não obteve acesso às publicações, e, outrossim, teve sua prisão civil decretada por falta de pagamento de pensão alimentícia, prejudicando a defesa do paciente.

Requer, em liminar, a expedição da alvará de soltura em favor do paciente, e, no mérito, a devolução do prazo recursal da apelação.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 11-12):

[...] Ao que se infere, o paciente foi intimado da r. sentença na própria audiência de instrução debates e julgamento, quando foi representado por Defensor Público (fl. 74 dos autos de origem) e já foi deferido um pedido de reabertura do prazo para apresentação de razões recursais (fls. 104/105, *idem*), inexistindo notícia de providência por parte da Defesa em seu atendimento. Tais circunstâncias, a princípio, recomendam maior cautela na apreciação do pleito.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, impõe-se o regular processamento desta ação mandamental para melhor apreciação do alegado, sempre observados os limites do presente remédio heroico.

À vista do exposto, INDEFIRO A LIMINAR.[...]

Como se vê, constatou o TJSP que *já foi deferido um pedido de reabertura do prazo para apresentação de razões recursais (fls. 104/105, idem), inexistindo notícia de providência por parte da Defesa em seu atendimento*, sendo que a pretensão de devolução do prazo recursal para apelação é claramente satisfativa, melhor cabendo o seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator